

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

experiência ocorrida na extensão universitária

HEALTH EDUCATION FOR ADOLESCENTS SERVING SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE OF INTERNMENT
university extension experience

Anna Júlia da Rocha Passos¹
Emily Luiza Corrêa Lima¹
Maria Izabel Simas Franco¹
William Messias Silva Santos²
Beatriz Cardoso Rodrigues³

Maria Amélia Vieira Toledo⁴
Gilmar Antonio Batista Machado⁵
Jaqueline Silva Santos⁶
Raquel Dully Andrade⁷
Maria Ambrosina Cardoso Maia⁸

RESUMO

As ações de educação em saúde apresentam-se como mecanismos para a promoção da saúde e qualidade de vida. Nesse cenário, o objetivo deste trabalho foi descrever a experiência de uma docente e de discentes do curso de medicina de uma universidade pública no planejamento e no desenvolvimento de ações de educação em saúde com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Trata-se de um relato de experiência, do tipo descritivo e com abordagem qualitativa. As vivências da docente e das discentes do curso foram organizadas em dois tópicos, sendo: planejamento e desenvolvimento das ações de educação em saúde; e análise das práticas educativas realizadas. As práticas de educação em saúde realizadas foram voltadas ao autocuidado e desenvolvidas com adolescentes em um contexto que contempla múltiplos aspectos de vulnerabilidade biopsicossocial. Assim, acredita-se que as atividades reportadas mostram que são fundamentais e viáveis iniciativas que ampliem o acesso dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação à informação e à conscientização, ao mesmo tempo em que promovem a aproximação entre esse

1 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Passos, MG, Brasil. Graduanda em Medicina pela UEMG.

2 Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) - São Paulo, SP, Brasil. Graduado em Medicina pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Diamantina, MG, Brasil.

3 Advogada - Passos, MG, Brasil. Especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) - Belo Horizonte, MG, Brasil.

4 Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) - Passos, MG, Brasil. Mestra em Saúde Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Diamantina, MG, Brasil.

5 Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais - Passos, MG, Brasil. Mestre em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (USP) - Ribeirão Preto, SP, Brasil.

6 Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) - Passos, MG, Brasil. Doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) - Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: jaque_fesp@hotmail.com.

7 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Passos, MG, Brasil. Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) - Ribeirão Preto, SP, Brasil.

8 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Passos, MG, Brasil. Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (USP) - Ribeirão Preto, SP, Brasil.

público vulnerável e sujeitos ligados a universidade e à rede de atenção, contribuindo para seu fortalecimento enquanto cidadãos, sujeitos de direitos, e, por conseguinte, sua reintegração social.

Palavras-chave: Promoção da saúde; Educação em saúde; Adolescente; Medida socioeducativa; Extensão universitária.

ABSTRACT

Health education actions are presented as mechanisms for promoting health and quality of life. In this scenario, the objective was to describe the experience of a professor and students of the medical course at a public university in planning and developing health education actions with adolescents serving socio-educational measures of internment. This is an experience report, descriptive and with a qualitative approach. The experiences of the professor and students of the medical course were organized into two topics, namely: Planning and development of health education actions; Analysis of the educational practices carried out. The health education practices carried out were focused on self-care and developed with adolescents in a context that contemplates multiple aspects of biopsychosocial vulnerability. Thus, it is believed that the activities carried out show that initiatives that expand access to information and awareness for adolescents serving socio-educational measures of internment are fundamental and viable, while at the same time promoting the approximation of this vulnerable public to subjects linked to the university and the care network, contributing to their strengthening as citizens, subjects of rights, and, consequently, to their social reintegration.

Keywords: Health promotion; Health education; Adolescent; Socio-educational measure; University extension.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase marcada por evolução e mudanças, repleta de curiosidades que surgem e de descobertas ao decorrer do tempo sendo, além disso, um período de vulnerabilidade, uma vez que representa um estágio de desenvolvimento (Emídio; Silva; Fermoseli, 2020). Atualmente, fatores como o agravamento das históricas discrepâncias socioeconômicas do Brasil, as mudanças culturais mediadas por novas tecnologias e os efeitos subjetivos da sociedade de consumo têm colaborado para tornar ainda mais complexo o fenômeno da adolescência, com reflexos sobre a temática da infração juvenil,

um desafio a ser enfrentado pela sociedade como um todo (Seabra; Oliveira, 2017).

Ao abordar infração juvenil, é essencial considerar o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que trata sobre o cometimento de atos infracionais por esses sujeitos (Nardi; Jahn; Dell'Aglio, 2014). A Lei n.º 8.069/90 (Brasil, 1990) estabelece diretrizes voltadas para a responsabilização e reinclusão de adolescentes que realizaram infração antes de completarem 18 anos de idade, por meio de medidas socioeducativas, que podem ser cumpridas em liberdade, mediante advertên-

cia, prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida, ou, então, dependendo do ato infracional e dos agravantes, internação por um período máximo de três anos.

Entende-se que, se realizada de maneira inadequada, a privação de liberdade não contribui para o desenvolvimento de jovens, e tende a reforçar estigmas, contribuindo para perpetuar a desigualdade social (Silva *et al.*, 2023). Destarte, o ECA assegura aos adolescentes os direitos básicos individuais, como direito à educação, saúde, segurança, higiene, alimentação, além de serem respeitados em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não limitados na sentença (Friedrih, 2012).

Nesse sentido, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) tem como objetivo garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, configurando-se, assim, como um importante instrumento de *advocacy* pela garantia do direito à saúde (Brasil, 2014). As medidas socio educativas, portanto, podem oferecer aos jovens possibilidades para a construção de seus projetos de vida, por meio da oferta de um conjunto de ações organizadas e voltadas para um trabalho pedagógico, que impulse o seu desenvolvimento integral, considerando os seus interesses (Costa; Alberto; Silva, 2019).

Ressalta-se a importância de olhar o adolescente que cometeu infração de forma mais ampliada. Diante disso, pode-se notar que, no contexto social desses sujeitos, muitas vezes há prejuízos na escolarização, exposição a situações de violência, trabalho precoce, falta de acesso à formação profissional, inserção no tráfico de drogas como forma de obtenção de ganhos financeiros e dificuldades

de acesso aos direitos básicos, como saúde, alimentação, moradia e lazer (Silva; Alberto; Costa, 2022). Essas condições configuram um espaço com forte incidência de fatores de risco e ausência de fatores de proteção (Picolli; Arruda, 2023).

Em consonância com essa observação, um estudo mostrou que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação tinham trajetórias de vida marcadas por violência e desproteção social (Picolli; Arruda, 2023). Nessa perspectiva, percebe-se a importância da realização de intervenções dentro do modelo biopsicossocioespíritual (Santos *et al.*, 2021) junto aos adolescentes que cometeram infrações e estejam em medidas socioeducativas de internação. Dentre essas ações, destaca-se a educação em saúde, que se constitui como um instrumento de construção dialógica do conhecimento, tal como de estímulo à autonomia, à participação popular e ao protagonismo dos sujeitos no seu próprio cuidado (Fittipaldi; O'Dwyer; Henriques, 2021).

Nesse contexto, é importante destacar o papel da universidade, fundamentada por três pilares: ensino, pesquisa e extensão (Montiel; Faria; Vedovoto, 2022), os quais formam a base para um processo de formação profissional. A extensão universitária apresenta-se como um instrumento de relacionamento com a comunidade extramuros (Silva, 2020), já que a ação de extensão universitária é uma ferramenta praticável que alcança a integralidade da atenção à saúde, ganhando maior expressão na promoção da saúde, por meio das práticas educativas e da reformulação de saberes na junção do conhecimento técnico-científico com o popular (Santana *et al.*, 2021). Além disso, a vivência da extensão universitária propicia a interação sociocultural à comunidade acadêmica, fator que pode contribuir

para o aprendizado e favorecer a percepção do processo saúde-doença (Santana *et al.*, 2021).

Destarte, o presente estudo tem como objetivo descrever a experiência de uma docente e de discentes do curso de medicina de uma universidade pública no planejamento e no desenvolvimento de ações de educação em saúde com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

2. MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência, do tipo descritivo e com abordagem qualitativa. O entendimento é que a abordagem qualitativa busca a interpretação de uma realidade contextualizada (Souza; Kerbauy, 2017). Este relato de experiência descreve vivências de uma docente e três discentes do terceiro período do curso de medicina da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no planejamento e no desenvolvimento de ações de educação em saúde, nos meses de junho e julho de 2024, com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo de Passos, Minas Gerais.

O município de Passos localiza-se no sudoeste de Minas Gerais e, em 2022, tinha uma população de 111.939 pessoas (IBGE, 2023). O Centro Socioeducativo de Passos encontra-se no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, e conta com uma equipe composta por psicólogos, enfermeiros e socioeducadores, além de outros profissionais envolvidos de maneira indireta, somando ao todo 90 profissionais. Diretamente colaborando nas ações de extensão executadas pelo projeto, há uma pedagoga, uma enfermeira e a diretora de atendimento. Essa unidade tem capacidade para atendimento de 40 adolescentes e jovens do sexo masculino, com idade entre 13 e 21 anos.

Todos os adolescentes e jovens que estavam na instituição nos meses de junho e julho de 2024 foram convidados para participar das ações de educação em saúde. Essas práticas educativas buscaram estimular o diálogo e a construção de saberes, abordando os temas: higiene pessoal (junho de 2024), alimentação saudável, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e saúde sexual (julho de 2024).

As atividades foram conduzidas conforme cronograma previamente estabelecido, sendo os dias e horários combinados com a instituição de acordo com suas normas internas e sua agenda de compromissos. É importante destacar que as práticas de educação em saúde com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas podem funcionar como oportunidades para promoção do autocuidado e da qualidade de vida (Melo *et al.*, 2022).

As vivências da docente e das discentes do curso de medicina foram aqui organizadas em dois tópicos, sendo: planejamento e desenvolvimento das ações de educação em saúde; e análise das práticas educativas realizadas. Essas ações de educação em saúde integram etapa de uma pesquisa-ação em desenvolvimento no ano de 2024 no referido Centro Socioeducativo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG, sob parecer nº 6.860.288.

3. RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

As ações foram desenvolvidas no espaço interno da unidade socioeducativa. Durante a realização das atividades foram utilizadas dinâmicas que envolveram a produção de materiais lúdicos e educativos, a exemplo da confecção de cartazes pelas próprias discentes com a utilização de imagens de fácil asso-

ciação do conteúdo. Essas dinâmicas não só facilitaram a compreensão dos temas abordados como também estimularam a participação ativa dos adolescentes e jovens, promovendo um aprendizado mais significativo.

Os materiais elaborados e utilizados nas ações educativas com os temas higiene pessoal (Figura 1), alimentação saudável (Figura 2), IST e saúde sexual (Figura 3) encontram-se apresentados a seguir:

Figura 1. Material utilizado na atividade 'Higiene Pessoal'



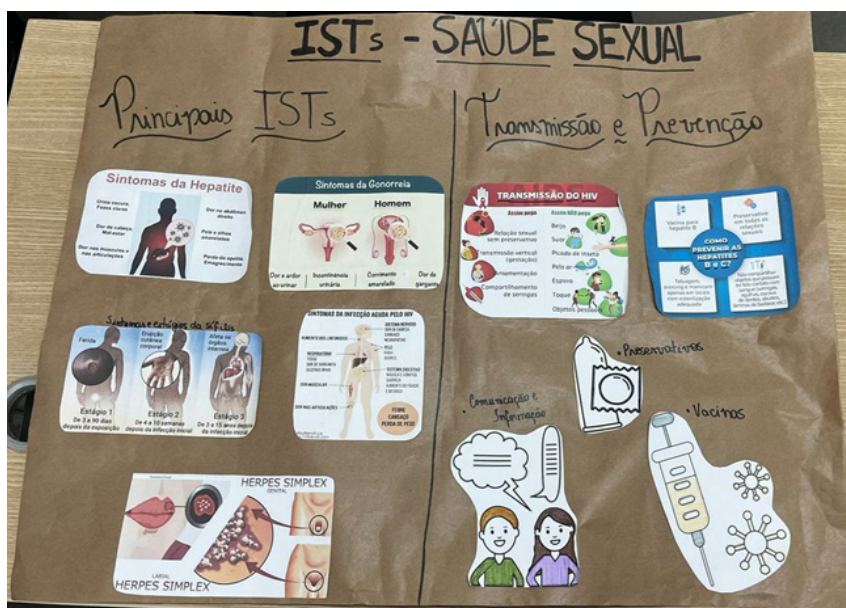
Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 2. Material utilizado na atividade 'Alimentação Saudável'



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Figura 3. Material utilizado na atividade 'IST e Saúde Sexual'



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Segundo a disponibilidade da unidade, espaços como quadra esportiva, salas de aula e salas de audiovisual foram utilizados. É importante destacar que os participantes foram divididos em quatro grupos, conforme pré-estabelecido pela instituição. Essa divisão em grupos foi realizada pelos profissionais responsáveis, considerando o nível cognitivo e as necessidades particulares dos integrantes de cada grupo. A possibilidade de trabalhar com grupos foi uma estratégia que contribuiu para a interação com os participantes e a efetividade das atividades.

Em salas de aula ou áreas de audiovisual, a separação dos participantes em pequenos grupos permitiu uma abordagem mais individualizada, possibilitando a participação ativa nas discussões e nas atividades propostas. Essa organização contribuiu para o envolvimento dos participantes, reduzindo distrações comuns em ambientes maiores, além de permitir que as discentes pudessem prestar atenção mais detalhada às necessidades e ao progresso de cada grupo. Portan-

to, apesar de demandar mais tempo para a realização das atividades, uma vez que as discentes tinham que trabalhar com apenas dois grupos a cada dia, a divisão contribuiu para um ambiente de aprendizagem mais controlado, e facilitou a troca de ideias e experiências entre os participantes, resultando em maior engajamento com o conteúdo e com as atividades propostas.

Cada tema foi apresentado em 60 minutos distribuídos entre a exposição, diálogo e atividades com os adolescentes e jovens. Uma das discentes conduziu a exposição e as demais faziam o relato das observações e coordenação das atividades. Considera-se que o tempo alocado para cada tema foi suficiente para uma abordagem aprofundada dos conteúdos, permitindo que os participantes recebessem informações e participassem de discussões. A condução das exposições por uma discente, com o suporte das demais, garantiu uma abordagem dinâmica e a possibilidade de respostas mais imediatas às dúvidas dos participantes, criando um ambiente confor-

tável e acolhedor permeado pelo diálogo e pela construção do conhecimento.

A interação contínua durante as atividades foi importante para identificar e abordar questões específicas levantadas pelos participantes. O espaço para perguntas e discussões facilitou o entendimento mais profundo dos temas e permitiu que as discentes adaptassem as atividades às necessidades dos participantes, possibilitando que as abordagens fossem se adequando às características intrínsecas de cada grupo. Observou-se que muitos adolescentes e jovens compartilharam experiências pessoais relacionadas aos temas discutidos, principalmente quanto às questões cotidianas vivenciadas no ambiente interno ou externo à unidade socioeducativa, o que ajudou a contextualizar o conteúdo apresentado.

3.2 ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS

No momento da realização da ação educativa, as discentes observaram as seguintes questões: interesse pelo tema; tipos de perguntas e dúvidas; e necessidades e dificuldades apresentadas.

Essas observações apontaram possíveis contribuições das ações educativas para o processo de reflexão dos participantes sobre a higiene pessoal, a alimentação saudável e a saúde sexual. A metodologia utilizada, que incluiu atividades interativas, favoreceu o entendimento e o interesse pelas temáticas abordadas.

Acerca da participação dos adolescentes e jovens, foi possível notar que a interação com as atividades educativas oscilava entre momentos de engajamento e períodos de dispersão, especialmente quando questões mais

abstratas ou complexas eram abordadas. Essa alternância entre foco e distração foi mais evidente nas discussões em grupo, em que as conversas paralelas surgiam com maior facilidade, demonstrando a necessidade de adaptar a linguagem e a dinâmica das atividades para promover a atenção contínua dos participantes. Além disso, observou-se que os grupos apresentavam perfis distintos em relação ao interesse nas temáticas, o que exigiu flexibilidade por parte das discentes para manter a relevância do conteúdo.

As informações coletadas durante as atividades podem fornecer orientações para a melhoria contínua das estratégias educacionais e para o desenvolvimento de futuras ações de saúde no contexto de uma instituição socioeducativa.

A experiência reforça a importância de adaptar os conteúdos e métodos de ensino às necessidades específicas dos adolescentes e jovens, bem como ao ambiente no qual as atividades são realizadas. Assim, poderão ser traçadas estratégias para maior envolvimento dos participantes nas atividades educativas, incitando a construção de pontes entre suas vivências e as temáticas abordadas.

A partir dessas observações, sugere-se que as atividades sejam adaptadas para contemplar outros perfis e contextos por meio da diversificação dos métodos pedagógicos. Tais adaptações permitiriam uma abordagem mais inclusiva, reconhecendo o contexto social em que a ação educativa ocorre e respeitando as particularidades de cada faixa etária.

O Quadro 1 apresenta a estrutura das ações educativas desenvolvidas.

Quadro 1. Estruturação das ações educativas

| Ação | Etapa |
|--|--------------|
| Elaboração do Plano de Ensino de cada atividade. | Planejamento |
| Capacitação teórica e prática acerca dos temas a serem abordados. | Planejamento |
| Definição de estratégias pedagógicas a serem utilizadas. | Planejamento |
| Confecção do material a ser utilizado. | Planejamento |
| Contato formal entre discentes e equipe de profissionais da instituição socioeducativa para definição de cronograma. | Planejamento |
| Desenvolvimento da atividade educativa "Higiene pessoal e sua importância para a saúde". | Execução |
| Desenvolvimento da atividade educativa: "Alimentação saudável e sua importância para a saúde". | Execução |
| Desenvolvimento da atividade educativa "Saúde Sexual e prevenção a ISTs". | Execução |
| Análise, interpretação e discussão sobre as atividades realizadas. | Execução |

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

4. DISCUSSÃO

A adolescência é um período fundamental para a conscientização e adesão a práticas saudáveis e para o estabelecimento de autonomia. No entanto, é também uma fase de maior exposição aos fatores de risco comportamentais, com potenciais repercussões na saúde e qualidade de vida. No contexto de privação de liberdade, as práticas de promoção da saúde costumam não ser inseridas como prioridade, o que seria essencial para integrar o adolescente ao contexto social numa abordagem mais abrangente, fomentando fatores de proteção e redução de riscos à saúde (Carvalho Junior; Silva; Jorge, 2022).

Nesse sentido, foram realizadas práticas extensionistas de educação em saúde, que promoveram o acesso a informações e oportunizaram a conscientização sobre ações de autocuidado, a partir de abordagens educativas.

Como exposto, foram abordados conteúdos relativos à higiene pessoal, alimentação saudável, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. O planejamento das atividades foi cuidadosamente alinhado ao perfil do público, ao contexto e ao local de intervenção.

Do mesmo modo, outro relato de experiência de extensão, sobre uma vivência de educação em saúde com adolescentes, já reforçara a importância de se alinhar as estratégias de ensino-aprendizagem à realidade sociopolítica dos participantes (Gomes *et al.*, 2022).

Além dos benefícios diretos oportunizados ao público-alvo das ações, atividades de educação em saúde com adolescentes provenientes de um contexto vulnerável permitem aos discentes e docentes reflexões sobre as de-

mandas diante da atuação como facilitadores do conhecimento junto a esse público, considerando o desafio de mediar um grupo que se encontra em faixa etária de formação, com diversas indagações e conflitos pertinentes à própria idade, atrelados a outros tantos relacionados à sua conjuntura social (Bomfim; Melro, 2021).

Estudo realizado no sistema socioeducativo aponta que a vida desses jovens anterior ao cumprimento de medidas socioeducativas foi perpassada por experiências de violação de direitos, geradas em seu contexto social, incluindo trabalho infantil, dificuldades socioeconômicas, violência, acesso facilitado a drogas e atos infracionais (Silva; Alberto; Costa, 2022).

Outro estudo aponta para a relevância de problemas de ordem estrutural nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, relacionados tanto aos recursos físicos e humanos, quanto à forte concepção punitiva que muitas vezes se sobrepõe aos aspectos pedagógicos, repercutindo em importantes lacunas no preparo dos adolescentes para uma vida saudável e satisfatória em sociedade e para construção de projetos de vida (Silva *et al.*, 2023).

É importante considerar as limitações estruturais que podem dificultar a execução e/ou o impacto das ações de promoção da saúde, especialmente num contexto de institucionalização, junto a um público-alvo que se encontra em fase de transição entre a infância e a vida adulta, tão importante para o seu desenvolvimento. Esse cenário pode contribuir para que os adolescentes permaneçam às margens das políticas públicas e da rede de atenção local, tanto governamental quanto não governamental, acentuando a situação de desproteção social.

Essas possíveis dificuldades não devem, contudo, se tornar uma barreira para iniciativas que possibilitem a esses adolescentes o acesso a ações de profissionais, serviços e universidades. Ao contrário, tendo em vista a sua vulnerabilidade, o compromisso profissional e social para com esse grupo deve ser considerado um preceito ético, tornando-se necessária a elaboração de estratégias de enfrentamento aos obstáculos que possam emergir em cada realidade trabalhada, incluindo um olhar atento às potencialidades.

Projetos assim potencializam o perfil e as competências de futuros profissionais de saúde em relação ao trabalho em comunidade, considerando seus diversos públicos e instituições, em suas reais necessidades.

Nesse contexto, a promoção da saúde de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, especialmente em regime de institucionalização, contempla desafios complexos, que incluem a dificuldade de articulação da rede de atenção com os estabelecimentos socioeducativos, além da tendência de centralidade das práticas voltadas às doenças, diagnósticos e tratamentos, em detrimento das demais demandas desses sujeitos (Picolli; Arruda, 2023).

Porém, considerando que as unidades de atendimento socioeducativo originalmente foram concebidas como estratégias de reinserção social, o caráter reparador da aplicação de medida socioeducativa necessita estar associado ao cuidado e à promoção da saúde. Eles devem contemplar estratégias educativas com potencial de transformação de comportamento, mediadas pela abordagem de conteúdos, que mobilizem o anseio por um estilo de vida saudável, que contribua para a qualidade de vida (Carvalho Junior; Silva; Jorge, 2022).

As atividades relatadas nesse estudo foram

desenvolvidas no sentido de contribuir com a saúde e qualidade de vida do público-alvo, compartilhando um pouco do conhecimento adquirido no contexto universitário com adolescentes em situação de vulnerabilidade e privação de liberdade, sujeitos em um cenário social específico. Além disso, visam a aprimorar as habilidades de futuros médicos para o desenvolvimento de abordagens educativas em contextos sociais semelhantes.

Outrossim, a possibilidade de estruturar todas as etapas de desenvolvimento das ações educativas, desde a elaboração, preparação teórica e de material, até a avaliação do trabalho desenvolvido, permitiu às discentes o aprofundamento da construção de ações educacionais, tão necessárias para toda vida profissional. Ao mesmo tempo, a realização de metodologias ativas oportunizou aos adolescentes a participação e a reflexão sobre as temáticas desenvolvidas.

A extensão universitária é um relevante instrumento para fomentar a dialogicidade, interprofissionalidade e intersetorialidade em torno de necessidades sociais e humanas. Ela viabiliza espaços nos quais diversos atores sociais interagem de forma dinâmica, construindo caminhos para o fortalecimento de sujeitos comprometidos com a melhoria das condições de vida e saúde, que possam resultar em transformação social (Rios; Sousa; Caputo, 2019).

Por fim, no que se refere às limitações do estudo, a experiência relatada foi a primeira realizada pelas estudantes no ambiente

de internação de medida socioeducativa, o que pode influenciar de alguma forma a percepção delas quanto ao desenvolvimento e resultados alcançados. Outra limitação foi o escopo do estudo, já que neste relato houve o enfoque em uma única experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações extensionistas aqui relatadas oportunizaram a realização de práticas de educação em saúde voltadas ao autocuidado, desenvolvidas por discentes de medicina de uma universidade pública, com adolescentes inseridos em um contexto que contempla múltiplos aspectos de vulnerabilidade biopsicossocial.

As atividades realizadas demonstram a viabilidade de iniciativas que ampliam o acesso à informação e conscientização, ao mesmo tempo em que promovem a aproximação desse público vulnerável a sujeitos ligados a universidade, bem como a rede de atenção, contribuindo para seu fortalecimento enquanto cidadãos, sujeitos de direitos, e, por conseguinte, a sua reintegração social.

Dessa forma, revela-se fundamental o desenvolvimento de ações de extensão voltadas para esse contexto, em diversas áreas do conhecimento, com vistas a contribuir com a construção interprofissional e intersetorial da reintegração desses adolescentes, e com o fortalecimento da formação de profissionais com compromisso social e competências para atender às diversas necessidades que a realidade apresenta.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, Ana Marlusia Alves; MELRO, Ana Flávia Leão. A contribuição do projeto "INFOJOVEM" na educação em saúde de adolescentes. **Revista Ciência Plural**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 164-176, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/21458/13727>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014**. Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html. Acesso em: 2 ago. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.
- CARVALHO JUNIOR, Wellington Santos de; SILVA, Dina Mara Formiga da; JORGE, Maria Salete Bessa. Cuidado em saúde de adolescentes cumprindo medida socioeducativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 1, e9711125086, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25086>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- COSTA, Cibele Soares da Silva; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; SILVA, Eralyne Beatriz Félix de Lima. Vivências nas medidas socioeducativas: possibilidades para o projeto de vida dos jovens. **Psicologia Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 39, e186311, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- EMIDIO, Ellen Quintela de Almeida; SILVA, Gabryelle Alves da; FERMOSELI, André Fernando de Oliveira. A efetividade da socioeducação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Alagoas**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 47-58, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/7202>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- FITTIPALDI, Ana Lúcia de Magalhães; O'DWYER, Gisele; HENRIQUES, Patrícia. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação (Botucatu)**, Botucatu, v. 25, e200806, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/interface.200806>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- FRIEDRICH, Soeli Andrea Guralh. A liberdade constitucionalmente prevista e sua relação com a medida socioeducativa de internação. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Porto Alegre, v.11, n.1, p.193-203, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9032>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- GOMES, Manoelise Linhares Ferreira *et al.* Vivências de educação em saúde com adolescentes em uma estação da juventude: um relato de experiência. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/34170/32209>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **Passos**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passos/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- MELO, Marcos Daniel Borges *et al.* Educação em saúde para promoção do autocuidado para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 14, e561111436682, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36682>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- MONTIEL, Larissa Wayhs Trein; FARIA, Adriana Horta de; VEDOVOTO, Felipe Silva. Acervo e ordenação de fontes históricas: uma experiência de extensão na universidade pública - UFMS. In: MONTIEL, Larissa Wayhs Trein; REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos; PESSÔA, Jeniffer Ribeiro (orgs.).

Práticas da docência no Ensino Superior: vivenciando os três pilares da universidade: ensino, pesquisa, extensão. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022, p. 14-38. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4673/1/Pr%c3%a1ticas_da_doc%c3%aancia_no_Ensino_Superior_07-04.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

NARDI, Fernanda Ludke; JAHN, Guilherme Machado; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 116-137, 2014. DOI: <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2014v20n1p116>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PICOLLI, Ana Clara Gomes; ARRUDA, Daniel Péricles. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e saúde mental: uma revisão integrativa. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 171-187, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i3.39869>. Acesso em: 14 ago. 2024.

RIOS, David Ramos da Silva; SOUSA, Daniel Andrade Barreto de; CAPUTO, Maria Constantina. Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, e180080, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180080>. Acesso em: 21 ago.2024.

SANTANA, Regis Rodrigues *et al.* Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTOS, William Messias Silva *et al.* O relacionamento em redes no campo oncológico na perspectiva dos usuários. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [S. l.], v. 67, n. 1, e-021119, 2021. DOI: 10.32635/2176-9745.RBC.2021v67n1.1119. Acesso em: 8 ago. 2024.

SEABRA, Raíssa Costa Faria de Farias; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 639-647. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111144>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SILVA, Dayane Rodrigues *et al.* Ações e condições da privação de liberdade, segundo dissertações de mestrado (2007-2016). **Psicologia em Estudo**, [S. l.], v. 28, e54641, 2023. DOI <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v28i0.54641>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SILVA, Erlayne Beatriz Félix de Lima; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; COSTA, Cibele Soares da Silva. Juventude, contexto social e medidas socioeducativas: trajetórias de (des)proteção social?. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 34, e38032, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2022/v34/38032>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SILVA, Wagner Pires da. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>. Acesso em: 2 ago. 2024.

Recebido em: 01.09.2024

Revisado em: 10.10.2024

Aprovado em: 22.10.2024